

Raízes do Desemprego no Brasil, Alessandro De Moura, Graduação, Departamento de Sociologia e Antropologia, orientador Andreas Hofbauer Universidade Estadual Paulista –(UNESP).

Iniciaremos o presente texto, fazendo um breve resgate histórico da condição do negro no Brasil tendo como marco histórico a abolição da escravatura. Consideraremos assim alguns de seus desdobramentos principalmente no que diz respeito ao desemprego e subproletarização do negro no processo pós-abolição. Relacionado estreitamente a este fator abordaremos o desemprego estrutural no Brasil, considerando a hipótese de que a proporção dos negros nesse contingente de reserva é deveras maior do que o de brancos, dado o fato de não terem sido desenvolvidas políticas focadas que lhes permitissem superar a condição à qual foram deixados após a abolição.

Um dos eixos deste trabalho é a questão material destes indivíduos, pois consideramos que os ex-escravos foram abandonados pelo sistema público e assim permaneceram em condições de miséria, condições estas que foram transmitidas a seus filhos e aos filhos de seus filhos.

Assim teríamos hoje neste contingente estrutural de desempregados, gerado pelo acúmulo de capital, a terceira, quarta ou mesmo quinta geração de descendentes dos escravos que, salvo raras exceções, ficaram totalmente destituídos de bens essenciais à sobrevivência digna: como habitações adequadas, saúde, educação de qualidade, entre outros. Pretendemos comprovar tais afirmações a partir de estudos de dados estatísticos oficiais brasileiros. Além disso, recorreremos às principais obras que abordam a questão do desemprego como fator econômico atrelado à questão racial no Brasil.

Ao analisar o nosso material empírico, procuraremos debater não apenas as obras clássicas de autores ligados à chamada Escola Paulista Brasileira (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado entre outro), mas recorreremos também às reflexões e propostas teóricas de uma “nova geração” de pesquisadores que seguem as orientações básicas dos Estudos das Relações Raciais (Carlos Hasenbalg e Antonio Sérgio Guimarães, por exemplo).

Sabemos que o Brasil recebeu escravos africanos desde o século XVI. A mão-de-obra não-livre era utilizada, num primeiro momento, basicamente na produção de cana-de-açúcar. Havia várias razões que faziam com que a escravização de indígenas começasse a ser restringida pela Coroa e pelos jesuítas que, de certa maneira, supervisionavam o projeto colonial no Novo Mundo. Em comparação com as

populações indígenas, para os africanos as fugas e outras formas de resistência eram mais difíceis, pois encontravam-se “ilhados” em um outro país, desagregados de seus semelhantes e familiares e mesmo em um meio geográfico muito distinto de suas terras natais. Os escravos custavam caro e, dado a alta mortalidade, tinham de ser repostos constantemente.

Sabe-se que o Brasil foi o país que mais importou escravos africanos, como demonstra a tabela abaixo:

Estimativa do número de africanos desembarcados em cada região (milhares de indivíduos)

Período	Europa	Ilha	São	América	Brasil	Antilhas	Antilhas	Antilhas	Antilhas	América	Total	Chegadas
		Atlânticas	Tomé	Espanhola		Britânicas	Francesas	Holandesa	Dinamarquesa	Britânica		Anuais
e E.U.A												
1451-1475	12,5	2,5									15	0,6
1476-1500	12,5	5	1								18,5	0,7
1501-1525	12,5	5	25								42,3	1,7
1526-1550	7,5	5	18,8	12,5							43,8	1,8
1551-1575	2,5	5	18,8	2,5	10						61,3	2,5
1576-1600	1,3	2,5	12,5	37,5	40						93,8	3,8
1601-1625	0,35		12,5	75	150						237,8	9,6
1626-1650	0,3		6,3	52,5	50	20,7	2,5				132,3	5,3
1651-1675	0,3		2,7	62,5	185	69,2	28,8	20			368,5	14,7
1676-1700	0,3		2,4	102,5	175	173,8	124,5	20	4		602,5	24,1
1701-1720				90,4	292,7	160,1	166,1	120	6	19,8	855,1	42,8
1721-1740				90,	312,4	198,7	191,1	80	3,3	50,4	926,3	46,3
1741-1760				90,4	354,5	267,4	297,8	80	6,7	100,4	1197,2	59,9
1761-1780				121,9	325,9	355,3	335,8	100	5	85,8	1309,7	65,5
1781-1790				42,2	181,2	100,2	357,8	12,2	4,6	55,8	754,	75,4
1791-1800				77,4	233,6	194,3	82,6	5,3	14,5	79	686,7	68,7
1801-1810				85,7	241,3	105,4	17	0	3,3	156,3	609	60,9
1811-1820				177,8	327,7	0	18,8	0	0	10	534,3	53,4
1821-1830				103,5	431,4	0,4	57,9	0,1	0	2	595,3	59,5
1831-1840				207	334,3	10,2	0,6	0	0	0	552,1	55,2
1841-1850				54,6	378,4	0	0	0	0	0	433	43,3
1851-1860				122	6,4	0	12,5	0	0	0,3	141,2	14,1
1861-1870				31,6	0	0	5,9	0	0	0	37,5	3,8
Total geral				1662,4	4029,8	1635,7	1699,7	437,7	47,4	559,8	10247,5	34,2

Fonte: História geral da África, vol 1, ed. Atica/UNESCO, SP, 1982, p.620

Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

Desde o Brasil colonial os trabalhos braçais, pesados e degradantes eram executados em sua maioria por mão-de-obra escrava. Este fato fortaleceu ainda mais uma idéia que já se fazia perceptível, neste momento histórico, em Portugal: a de que trabalhos manuais e atividades braçais eram considerados indignas para os homens livres e brancos.

As exigências econômicas e sociais colocavam a maioria dos negros numa posição claramente inferiorizada e marginalizada. Ninguém queria fazer os mesmos ofícios que os negros. Essa pressão contribuía ainda para o fato de que parte dos homens brancos e livres, porém pobres, permanecessem imersos no desemprego. Situação esta que se agravaria depois da abolição da escravatura.

A proclamação da abolição da escravatura (13 de maio de 1888) resumiu-se a um documento que dizia; que daquele momento em diante se considerasse os negros escravizados e seus descendentes como indivíduos livres. Nenhuma referência fez-se a respeito de uma possível re-adequação social da população ex-escrava.

Com a abolição da escravatura o contingente de subempregados veio a se agravar. Em relação a este fator há importantes considerações a serem feitas. Uma vez baixado o decreto da abolição, surge o problema relativo à re-adequação deste contingente de mão-de-obra que seria então “liberado” de suas funções compulsórias.

Não se realizaria a expectativa de alguns (cf. as esperanças do movimentos negros do início do século XX, p.ex. a Frente Negra Brasileira; cf. tb. o otimismo expresso por F. Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes*) que acreditavam que o mercado de trabalho podia / devia absorver, mais cedo ou mais tarde, esse contingente de trabalhadores ex-escravos, transformando-os em mão-de-obra assalariada.

O fato de que a história do negro pegou outro rumo tem a ver também com uma política de Estado, que já se delineava nos primeiros projetos abolicionistas (cf., p.ex., José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, entre outros). O governo optaria por campanhas e projetos que incentivavam a introdução de mão-de-obra européia para ocupar os postos de trabalho “deixados” pelos negros, agora ex-escravos.

Há certamente mais de um motivo que explica o porque da prioridade dada à introdução da mão-de-obra estrangeira no país, ao invés de se resolver o problema interno gerado a partir da abolição. A seguir, apresentaremos algumas das explicações

possíveis. Acreditamos que os elementos citados abaixo contribuiriam, de certa forma, para o desenvolvimento destas políticas e ações efetivas. Adotaremos a argumentação dada por Helga Hoffman.

A autora Helga Hoffman (apud GRAHAM, 1971, p. 19-20) expõe e resume em seu trabalho *Desemprego e Subemprego no Brasil* algumas das explicações mais aceitas. Concordamos com a autora quando diz que é preciso olharmos para os diferentes aspectos e fatores, muitas vezes inter-relacionados entre si, para compreendermos os motivos que impulsionaram a elite brasileira a agir desta forma.

As referidas explicações segundo Helga são:

- a) Reservas dos cafeicultores quanto à qualidade e disciplina da mão-de-obra interna, aliada à necessidade de maior qualificação na lavoura cafeeira; junto a isso, concepções racistas dos donos de terras, os quais estariam procurando embranquecer o Brasil. (apud GRAHAM, 1971. p 41-43)
- b) Independentemente de qualquer preocupação racial, os fazendeiros não tinham o interesse em tentar persuadir a mão-de-obra local a aceitar trabalho através de um salário mais alto, uma vez que era mais barato ter acesso, via programas governamentais, à mão-de-obra européia. O poder político dos grandes proprietários de terras fez com que o governo passasse a subsidiar a imigração estrangeira. Esse padrão é semelhante a outros países, onde as *plantations* também conseguiram a importação subsidiada de trabalhadores pelo governo, porém sem qualquer preocupação com a cor de pele dos imigrantes (cf. p.ex., os chineses que foram levados a trabalhar nas plantações de borracha na Malásia ou de fumo em Java, ou os hindus levados às plantações de chá no Ceilão; cf. MYRDAL, 1968, II.p. 970.)
- c) Simultaneamente às mencionadas condições internas, mais especificamente a questão da procura de mão-de-obra no Brasil havia ainda um outro fator externo: Depois da unificação da Itália em 1870, o desemprego e a pauperização no sul deste país “expulsou” um grande número de pessoas de suas terras. Sem aquelas condições do “lado da oferta”, teria sido impossível à imigração européia nas proporções que se deu (FURTADO, 1959. p.153).
- d) Diferencial pequeno no custo de transporte de migrantes internos e internacionais. Inexistiam comunicações terrestres do Nordeste para o Centro Sul. E, via marítima, talvez o custo per capita Itália-Santos fosse só um pouco

maior que o trajeto iniciado em Recife ou Fortaleza (GRAHAM et alli. 1971, p. 45.)

Acreditamos que as citações anteriores contribuem para evidenciar que, foi com a mão-de-obra européia que os produtores substituíram os escravos.

E como ficaram os negros libertos? Foram ignorados pelo Estado, sem desenvolvimento de qualquer medida política focada para a situação. A (não) ação do governo tornou impossível a absorção dos ex-escravos que agora eram expulsos das fazendas e propriedades em geral, encontrando-se entregues ao relento. Restaram para eles, como forma desesperada de sobrevivência, os subempregos: trabalhavam e viviam como camelôs, mascates, biscates, capoeiras, ambulantes em geral, entre outros. Vejamos uma análise já clássica de F. Fernandes:

“(...) as condições iniciais de competição foram tais que, em geral, eliminaram o negro e o mulato das atividades mais dinâmicas e onde eram maiores as possibilidades de ascensão, confinando-os às ocupações mais instáveis e mal remuneradas, e mesmo a desocupação (...) o negro, após a abolição, se viu se viu jogado no mundo competitivo sem ter sido preparado para ele, e enquanto não aprendia suas regras, perdia a concorrência para os imigrantes, sobretudo nas ocupações urbanas. Restava-lhe situações típicas de desemprego disfarçado.” (FERNANDES,1955, pg. 77-80)

O fim da escravidão e a substituição desta mão-de-obra por trabalhadores europeus, sem a preocupação com a re-adequação dos ex-escravos que passaram agora a ocupar a posição de desempregados, transformava-os em desempregados permanentes ou subempregados.

Consideramos que estas condições foram, e ainda são, passadas de pai para filho, de geração para geração, como uma herança histórica sofrível. Nossos esforços serão focalizados no objeto principal que é o índice de desemprego negro e não-branco.

Pretendemos mostrar que o desemprego no Brasil é estrutural e que a maioria daqueles que constitui o contingente de desempregados e subocupados é de cor de pele escura. Consideramos que seria uma explicação por demais simplista atribuir esse fenômeno única e exclusivamente a fatores de ordem cultural e/ou a atrasos no desenvolvimento econômico e social, como, de forma implícita, argumentava F. Fernandes.

Tomaremos como elemento central a questão estrutural de não adequação profissional que tem afetado esse coletivo que ficou à margem do sistema educacional escolar e técnico. Tais processos têm dificultado, se não impedido, o acesso da

população negra a bons empregos e/ou a cargos bem remunerados e, conseqüentemente, as tentativas de ascensão social. Concordamos que os negros ficam expostos a desvantagens cumulativas, fato este que se reflete também nos dados estatísticos atuais.

A grande maioria dos pardos e negros analfabetos são também materialmente pobres: “(...) sua exclusão pode ser classificada como “estrutural”, escreve Lopes (1993), já que são provavelmente filhos de analfabetos e podem passar adiante esse trágico legado, deixando suas crianças fora da escola...(cf. SINGER, 1998, p. 99). Segundo Hasenbalg, “[a] mobilidade social ascendente experimentada pelos brasileiros de cor depois da abolição foi tão restrita que desigualdades raciais acentuadas tem sido perpetuadas até o presente (...)” (HASENBALG, 1979, p.21).

Tal perspectiva está presente também nos dados apresentados por Paul Singer em seu trabalho Globalização e Desemprego, dados estes que expomos abaixo:

*(I) = indigente (PNI) = pobre mas não indigente (NP)= Não Pobre

	I	PNI	NP
Total			
1-Domicílios 100,00	1,3	22,52	66,46
2-Pessoas 100,00	14,26	24,71	66,46
3-Crianças 100,00	24,47	27,24	47,79
4-Domicílios com chefes negros e pardos 100,00	18,48	31,51	50,01
5-Domicílios com chefes brancos 100,00	05,96	16,39	77,75
6-Domicílios em N, C-O e NE 100,00	19,62	30,42	49,96
7-Domicílios no SE e S 100,00	07,30	19,07	73,62

Vejamos as palavras deste intelectual: “(...) os negros e pardos são duplamente prejudicados: a pobreza herdada nega-lhes acesso às escolas e bons empregos, enquanto a discriminação racial indiciosamente nega, aos poucos capazes de escapar daquela

herança, as oportunidades de competirem iguais pelas oportunidades existentes”. (SINGER, 1998, p. 88 e 89).

Além de recorrermos a e analisarmos as reflexões de autores que se debruçaram sobre esse tema, utilizaremos também dados das instituições de pesquisa brasileiras como CEBRAP, IPEA, CEERT e dados oficiais brasileiros disponíveis, tais como aqueles do IBGE de 2000 e 2004 e da PNAD de 2001, 2002 e 2003. Dessa forma essa pesquisa restringir-se-á ao período de 2000 a 2004.

Justificativa: A não separação entre o contingente não-branco, negro e pardo em estudos sobre o desemprego tende a encobrir a desigualdade social-racial e contribui implicitamente para desviar o enfoque da necessidade de políticas focadas para superar seus efeitos.

Acreditamos que se faz necessário despender esforços a fim de contribuir com o processo de desmistificação das relações sociais, principalmente no caso do desemprego negro (não-branco) no Brasil, país este que tem os índices de desigualdade mais elevados no mundo. O exame minucioso do desemprego no país deverá contribuir para ampliarmos e criarmos um conhecimento crítico a respeito das condições sociais e de trabalho a quais essa população está submetida e deverá ajudar ainda a desenvolvermos perspectivas que visem à elaboração de políticas públicas eficazes de combate a esta situação discriminatória.

Tomaremos como agravantes na situação da população negra e não branca a reestruturação produtiva acentuada a partir da década de oitenta. Esta etapa do desenvolvimento do sistema de produção mundial foi marcada pela *lean production*, que previa o corte de gastos na produção com redução da mão-de-obra e o estoque mínimo. Tais iniciativas só foram possíveis por meio dos avanços tecnológicos, que permitiram produzir mais com um número de operários bem menor.

Assim a reestruturação produtiva forma um contingente de desempregados a disposição do mercado. Dessa forma o desemprego deixou de ser considerado como ocasional e passou a ser considerado como parte da nova forma estrutural de produção.

No Brasil a reestruturação produtiva acontece com um certo atraso em relação a cadeia produtiva mundial. As indústrias brasileiras intensificaram a reestruturação produtiva no começo da década de 90 com o avanço das políticas neoliberais no país. É nesse período que se dão as derrotas mais significativas dos direitos trabalhistas dos operários brasileiros, engrossando assim seu exército industrial de reserva.

O contingente de subempregados e desempregados no Brasil nesse período já era composto como se sabe, em sua maioria por negros e não brancos, como o demonstra também os dados oficiais do país.

Com os efeitos da reestruturação produtiva no Brasil, esse contingente de desempregados sofre algumas alterações, pois o corte de mão-de-obra das indústrias lança nesse contingente a da mão-de-obra excedente das fábricas e indústrias de grande e médio porte. Consideramos assim que, acirrou-se ainda mais a disputa pelos empregos informais, bicos e subempregos, ou seja, a fatia do mercado de trabalho que era disputada em sua maioria por negros e não brancos tem agora que agrupar os operários das fábricas, indústrias e do setor ex-formal no seu geral.

Nesse sentido conseguir um emprego do tipo informal, bicos e subempregos também se tornam mais difícil, já que a concorrência direta torna-se maior, prevalece assim à luta pela sobrevivência, pela satisfação das necessidades básicas, comer, beber e morar. Assim os negros e não brancos passa a enfrentar maiores dificuldades para conseguir inserir-se entre a população com renda, já que os empregos com “boa” remuneração tornam-se cada vez mais escassos. Só lhes restam os trabalhos com baixa remuneração, os subempregos como; camelos, vendedores ambulantes, mascates, biscates, faxineiros zeladores, entre outros.

A população negra e não branca sofre grande desvantagem nessa disputa desesperada, já que possuem menor índice de educação e de qualificação profissional e técnica, soma-se a isso o preconceito de cor de pele, essas desvantagens somadas contribuem para afastar os negros e não brancos dos setores mais dinâmicos da economia capitalista brasileira.

Consideramos que o desemprego atinge não apenas o desempregado, mas sim toda a rede de relações ao qual partilha. Tomamos também por tais motivos as famílias desses desempregados e subempregados, pois consideramos o núcleo mais importante das relações que os sujeitos partilham na sociedade.

Consideramos que as dificuldades financeiras para um pai de família negro ou não branco manter uma família, a partir da década de noventa tornam-se cada vez maiores. Os empregos com menores remunerações, subempregos e bicos não permitem ao chefe da casa, homem provedor manter sozinho o sustento do lar, assim essa responsabilidade passa mais freqüentemente a ser dividida do chefe de família para outros membros da família.

Bibliografia:

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes (vol.I e II)*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Lia, 1970.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*, São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*, São Paulo: Edições 34, 1999.
- HASENBALG, Carlos A. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec, 1988a.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1988b.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira*. Brasília: IPEA/DF, 1993.
- MYRDAL, Gunnar, *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* Myrdal, New York, Pantheon Books, 1968.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego*, São Paulo, Contexto, 1998.
- ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo Boitempo, 2000
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital*. Londrina Práxis, 1999